

Sumário

Número de notícias: 24 | Número de veículos: 14

VALOR ONLINE - VALOR JURÍDICO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Advogados contabilizam julgamentos adiados no Carf; estoque supera R\$ 1 trilhão..... 3

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Refis vai beneficiar mais de 600 mil..... 4

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

INSS tem mais de 1 milhão à espera de perícia médica..... 5

G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL
SEGURIDADE SOCIAL

INSS começa a pagar 13º para aposentados e pensionistas que recebem mais de 1 salário mínimo; veja calendário..... 7

PORTAL UOL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Como valor do salário mínimo é definido e por que não é de R\$ 6.000?..... 9

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Relações estremecidas com a PF..... 11

ZERO HORA - RS - ZERO HORA
SERVIDOR PÚBLICO

O que pode ser votado ou não no Congresso antes do recesso..... 13

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Reeleição de Bolsonaro será um desastre para o país"..... 15

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Quase 20 anos depois, cotas revelam resultados positivos..... 21

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

"Bondades" já têm custo de R\$ 82 bi para as contas do próximo governo..... 25

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

O presente de grego do governo (Editorial)..... 26

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Câmara muda legislação para reduzir custos da Embraer..... 27

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

STF reduz impacto de vitórias dos contribuintes..... 28

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS
ECONOMIA

Pior resultado desde o início da pandemia acende sinal de alerta na Bolsa - MERCADO S/A..... 29

FOLHA DE S. PAULO - SP - CAPA
ECONOMIA

Eleições e crise externa deverão deixar dólar a R\$ 5.....31

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Para onde vai a cotação do dólar? Veja o que pensam especialistas..... 32

FOLHA DE S. PAULO - SP - MUNDO
ECONOMIA

O ressurgimento do Brics (Artigo)..... 35

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

'Teremos a maior alta de juros nos EUA em décadas'.....36

O ESTADO DE S. PAULO - E-INVESTIDOR
ECONOMIA

"A Bolsa está mais cara do que a renda fixa".....38

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Repasse cambial mantém inflação pressionada.....40

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Copom não deve colocar foco na inflação corrente (Editorial).....41

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Brasil é crucial para o "Green Deal", diz comissário da UE.....42

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
ECONOMIA

Diesel em alta gera pressão sobre Petrobras.....43

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Mercado aguarda sinais do BC em reunião que deve levar Selic a 12,75%.....44

Advogados contabilizam julgamentos adiados no Carf; estoque supera R\$ 1 trilhão

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/legislacao/valor-juridico/post/2022/05/advogados-contabilizam-julgamentos-adiados-no-carf-estoque-supera-r-1-trilhao.ghtml>

Site: <https://valor.globo.com/legislacao/valor-juridico/post/2022/05/advogados-contabilizam-julgamentos-adiados-no-carf-estoque-supera-r-1-trilhao.ghtml>

Refis vai beneficiar mais de 600 mil

Depois de sucessivos adiamentos, o governo regulamentou na última sexta-feira, 29, o "Refis do Simples", que permitirá o parcelamento de dívidas de micro e pequenas empresas e de microempreendedores individuais (MEI). A **Receita Federal** publicou no Diário Oficial da União (DOU) instrução normativa que regulamenta o Programa de Reescalonamento do Pagamento de Débitos no Âmbito do Simples Nacional (Relp).

A expectativa do Fisco é de que sejam parcelados R\$ 8 bilhões por cerca de 400 mil empresas. Já pelo lado da Procuradoria- Geral da Fazenda Nacional (PGFN), cerca de 256 mil empresas, em negociações que devem atingir R\$ 16,2 bilhões.

Para compensar a perda de arrecadação com o programa, o governo publicou na última quinta-feira, 28, uma medida provisória aumentando de 20% para 21% a CSLL paga pelos bancos.

O prazo de adesão começou ontem mesmo e vai até 31 de maio. Poderão ser incluídos débitos apurados pelo Simples com vencimento até fevereiro deste ano, inclusive já beneficiados em outros programas do tipo. O parcelamento poderá ser em até 180 vezes, com redução de até 90% de multas e juros, dependendo da situação (ler quadro). "O objetivo do Relp é proporcionar melhores condições para que microempresas e empresas de pequeno porte e MEI possam enfrentar os efeitos econômicos causados pela pandemia da covid-19, permitindo que se mantenham regularizadas", afirmou o órgão, em nota.

A Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE) comemorou a medida. "É uma decisão que chega após uma longa espera imposta aos micro e pequenos empresários, mas que deve ser enaltecida por dar início à regularização de mais de 650 mil empreendedores, ansiosos para reerguer os negócios após dois duros anos de pandemia", considerou o coordenador- geral da Frente, Marco Bertaiolli (PSD-SP), por meio de nota.

No **comunicado**, ele enfatizou que a abertura das adesões encerra um "longo esforço para garantir a plena efetividade do programa" Desde dezembro, a FPE tenta destravar o Refis do Simples, aprovado por maioria no Congresso.

ADESÃO Para aderir ao programa, é necessário acessar o portal e- CAC, no site da Receita (gov.br/receitafederal/) ou o portal do Simples Nacional

gov.br/receitafederal/ simples). Para incluir dívidas parceladas ou em discussão administrativa, o contribuinte precisará desistir do parcelamento ou processo.

O saldo da dívida referente a contribuições previdenciárias também poderá ser parcelado em até 60 vezes. As parcelas também não poderão ser inferiores a R\$ 300 para micro e pequenas empresas, ou R\$ 50 para MEI e serão atualizadas pela taxa Selic. Não entram no programa multas por descumprimento de obrigações acessórias, e as dívidas de empresas com falência decretada.

Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/index.jsp?serviceCode=login#page/16>

INSS tem mais de 1 milhão à espera de perícia médica



Segurado tenta atendimento em agência do INSS em SP com funcionamento prejudicado por paralisação de peritos, em fevereiro Romy Santos - 8.fev.22/Folhapress

Cristiane Gercina

A fila de perícias médicas do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) ultrapassou mais de 1 milhão de agendamentos, segundo informações do Ministério do Trabalho e Previdência. Ao todo, 1.008.112 segurados esperam para ser atendidos por um médico.

O número de perícias inclui todos os tipos de benefícios que necessitam de avaliação pericial para serem concedidos. Na lista, estão auxílio-acidente, auxílio por incapacidade temporária -antigo auxílio-doença-, e aposentadoria incapacidade permanente -antiga aposentadoria por invalidez-, pagos a quem tem alguma incapacidade para o trabalho.

Há ainda outros benefícios, como BPC (Benefício de Prestação Continuada), aposentadoria da pessoa com deficiência e aposentadoria especial, entre outros, que necessitam da análise de um médico.

Há poucas semanas, o número de cidadãos à espera de atendimento estava em torno de 780 mil, mas, com o início da greve dos peritos, que na sexta-feira (29) chegou a 31 dias, o quadro se agravou. Dados da ANMP (Associação Nacional dos Médicos Peritos) mostram que houve ao menos 320 mil remarcações de exames periciais desde o início da greve.

A espera para conseguir um atendimento também é longa e está em cerca de 60 dias, segundo informações do governo enviadas ao Congresso Nacional na edição da medida provisória 1.113, que tenta implantar a perícia médica a distância em alguns benefícios, com envio de atestado pela internet, como já ocorreu na pandemia de Covid-19.

Francisco Eduardo Cardoso Alves, vice-presidente da ANMP, afirma que a categoria tem cumprido a decisão do STJ (Superior Tribunal de Justiça) e mantém 70% dos médicos peritos em atendimento nas agências, enquanto 30% estão parados. Hoje, a Perícia Médica Federal tem cerca de 3.400 profissionais, mas com afastamentos, aproximadamente 3.200 estão na ativa.

"Os peritos se sentem indignados com a forma como o governo vem tratando a categoria. Temos mais de 320 mil perícias remarcaadas no período e, até agora, não se moveram para negociar", afirma.

Dentre as reivindicações dos médicos estão reposição salarial de 19,9% -o governo oferece reajuste de 5% a todos os servidores-, melhores condições de trabalho, com todos os profissionais fazendo atendimentos presenciais e sem nenhum deles "fora da agenda de atendimentos" e concurso público para regiões do país onde é necessário mais profissionais.

O mais de 1 milhão de segurados na fila do **INSS** para a perícia médica reflete um conjunto de fatores, segundo especialistas. Dentre eles estão a greve dos peritos, a pandemia, que aumentou o número de cidadãos em busca de benefício incapacitados em um período no qual as agências ficaram fechadas, e a falta de servidores.

"Na verdade, é esse conjunto de coisas. Nós tivemos o período de pandemia, que impediu as perícias. Depois, tivemos o retorno de atendimentos, mas algumas agências continuaram fechadas por um bom tempo, a falta de servidores e as greves", afirma Adriane Bramante, presidente do IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário).

Roberto de Carvalho Santos, presidente do Ieprev (Instituto de Estudos Previdenciários), diz que a falta de servidores afeta muito mais do que as greves -os funcionários administrativos também estão parados. "O que a gente vê é a falta de concurso para ter mais servidores. Por mais que se invista em inteligência artificial, ela não resolve. Precisa da ação humana na questão da **Previdência Social**, de servidores capacitados", diz.

Santos e Adriane lembram que a pandemia aumentou o número de segurados doentes, o que também faz com que a demanda por benefícios por incapacidade,

que necessitam da perícia médica para serem liberados, aumentem.

O segurado que tem uma perícia marcada não pode deixar de comparecer à agência da Previdência no dia e na hora agendados. Se não conseguir atendimento por causa da greve, é preciso provar, de alguma forma, que esteve no local.

O ideal é pedir a algum funcionário do **INSS** um documento registrando data e hora em que esteve no posto do **INSS**, com assinatura e carimbo do órgão. Caso não seja possível, a orientação de especialistas é fazer uma foto, que contenha data e horário, e conversar com pessoas que também estavam lá, que possam servir de testemunha, caso seja necessário.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=498>

99

INSS começa a pagar 13º para aposentados e pensionistas que recebem mais de 1 salário mínimo; veja calendário

Por g1

Os pagamentos serão feitos junto com os benefícios referentes a abril. - Foto: Marcello Casal Jr/Agência Brasil

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) começa a pagar nesta segunda-feira (2) a primeira parcela do 13º aos aposentados e pensionistas que recebem acima de um salário mínimo.

Os primeiros a receber, já nesta segunda, são os que possuem os números 1 e 6 como o dígito final do cartão. Os pagamentos serão feitos junto com os benefícios referentes a abril.

Também recebem, nesta segunda, os beneficiários que recebem 1 salário mínimo e possuem 6 como número final do cartão de benefício (sem considerar o último dígito verificador, que aparece depois do traço).

A segunda parcela do 13º será liberada para estes grupos no dia 1º de junho.

Os aposentados e pensionistas do **INSS** começaram a receber o 13º adiantado na última segunda-feira (25). Até sexta-feira (6), mais de 31 milhões de segurados receberão a primeira parcela.

O decreto com a antecipação do benefício foi assinado em março. Este será o 3º ano seguido em que os segurados do **INSS** receberão o 13º antes das datas tradicionais, em agosto e dezembro.

A maioria receberá 50% do décimo terceiro na primeira parcela. A exceção é para quem passou a receber o benefício depois de janeiro e terá o valor calculado proporcionalmente.

Confira abaixo os calendários de pagamento dos benefícios. Eles levam em conta o número final do cartão de benefício, sem considerar o último dígito verificador, que aparece depois do traço.

Calendários de pagamento

13º do **INSS** - 1 salário mínimo - Foto: Economia g1

13º do **INSS** - para quem recebe acima de 1 salário mínimo - Foto: Economia g1

Quem recebe

Atualmente, são mais de 36 milhões de pessoas com direitos a benefícios do **INSS** no país - mais de 60% recebem um salário mínimo.

LEIA TAMBÉM:

Benefícios do **INSS** acima do mínimo têm reajuste de 10,16%; teto sobe para R\$ 7.087. Veja calendário de benefícios. Prova de vida do **INSS** tem novas regras; veja tira dúvidas

Para quem ganha o benefício no valor do salário mínimo, o piso nacional passou para R\$ 1.212 desde 1º de janeiro. Por lei, aposentadorias, auxílio-doença, auxílio-reclusão e pensão por morte pagas pelo **INSS** não podem ser inferiores a 1 salário mínimo.

Já os aposentados e pensionistas que recebem benefícios acima do salário mínimo tiveram reajuste de 10,16% na remuneração - o teto dos benefícios do **INSS** passou de R\$ 6.433,57 para R\$ 7.087,22.

Como consultar os benefícios

Uma maneira simples de fazer a consulta dos benefícios do **INSS** é através da central de atendimento por telefone, no número 135. Ao ligar, informe o número do CPF e confirme algumas informações cadastrais, de forma a evitar fraudes. O atendimento está disponível de segunda a sábado, das 7h às 22h; O segurado pode acessar o site Meu **INSS**, que reúne diversos serviços digitais do **INSS**. Após fazer o login, na tela inicial, clique no serviço de Extrato de Pagamento e você terá acesso ao seu extrato e todos os detalhes sobre o pagamento do benefício; A consulta do benefício também pode ser feita pelo aplicativo Meu **INSS**, disponível para download para Android e iOS. Assim como no acesso pelo site, de início, é necessário fazer o login, e então, todos os serviços disponíveis e histórico das informações do beneficiário serão listados.

Site:

**[https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/05/02/inss-
comeca-a-pagar-130-para-aposentados-e-pensionistas-
que-recebem-mais-de-1-salario-minimo-veja-
calendario.ghtml](https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/05/02/inss-comeca-a-pagar-130-para-aposentados-e-pensionistas-que-recebem-mais-de-1-salario-minimo-veja-calendario.ghtml)**

Como valor do salário mínimo é definido e por que não é de R\$ 6.000?

Colaboração para o UOL, em São Paulo

O salário mínimo no Brasil em 2022 é de R\$ 1.212. Segundo cálculos do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), divulgados em abril, deveria ser de R\$ 6.394 para suprir as necessidades básicas de uma família de quatro pessoas.

O salário mínimo oficial é determinado por lei e abrange todo o território nacional, incluindo trabalhadores rurais e urbanos. Mas por que ele não chega a esse valor do Dieese. Como ele é determinado?

O salário mínimo é determinado por fatores econômicos e políticas sociais. No Brasil, por exemplo, até 2019, levava em consideração o Produto Interno Bruto (**PIB**) do ano anterior e a **inflação** no país de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do mesmo período. A partir de 2020, passou a ser reajustado apenas pelo INPC, diz o advogado Francisco de Assis Brito Vaz, sócio da área trabalhista do escritório SiqueiraCastro.

Cada país determina uma regra sobre o seu salário mínimo. O do Brasil foi criado em 1940, no governo de Getúlio Vargas. O objetivo era dar condições às famílias de comprar o mínimo de alimentos e manter outros gastos, como moradia e transporte. Ao longo dos anos, podem ocorrer perda do poder de compra, por causa da **inflação**, que nem sempre é repostas.

Os especialistas dizem que a economia do país limita os aumentos. Nem as empresas nem o governo conseguiriam manter os gastos com um salário mínimo muito alto, segundo eles.

Para os analistas, um aumento considerável do valor do salário mínimo acarretaria em mais demissões, pois as empresas não teriam dinheiro para pagar os funcionários.

O dilema do salário mínimo é que, caso ele seja muito baixo, precariza as relações de trabalho. E um salário mínimo muito alto tem o mesmo efeito, por causa das demissões e da informalidade de trabalho, diz o economista Marcelo Neri, da FGV (Fundação Getúlio Vargas). A informalidade é a contratação de trabalhadores sem carteira assinada. Nesse caso, a

empresa evita pagar o salário mínimo.

Para Paulo Feldmann, professor de economia na USP (Universidade de São Paulo), é possível aumentar o salário mínimo somente quando a economia está bem, porque isso evitaria demissões.

O aumento do salário mínimo foi muito grande entre 2007 e 2010, e isso foi ótimo naquele momento, pois o desemprego estava em queda e o consumo estava aumentando. As empresas tinham condição de pagar seus funcionários. Mas foi um momento econômico muito diferente do atual, diz.

O salário mínimo não afeta só as empresas privadas. Vários gastos públicos estão ligados a ele, como aposentadorias do **INSS** e benefícios sociais para famílias pobres.

O nosso salário mínimo tem um grande impacto sobre a previdência, porque o rendimento dos aposentados também é regulado pelo seu valor. Quando aumenta o salário mínimo, o governo tem que aumentar o valor da previdência, explica Feldmann.

Fora isso, um sério problema para as contas do governo são as pessoas que nunca contribuíram com a previdência e que hoje recebem um salário mínimo.

Além de aposentadorias, diversos benefícios e políticas de transferência de renda também sobem quando o salário mínimo é reajustado, como o BPC (benefício de prestação continuada, pago a idosos e deficientes de baixa renda), seguro-desemprego e abono salarial.

Segundo Feldmann, os cálculos do Dieese, que sugerem um salário mínimo ideal de R\$ 6.394, levam em conta os gastos básicos, mas estão distantes da realidade.

Apesar de ser bastante válido o cálculo, os valores são completamente diferentes do que é hoje o salário mínimo. E cerca de 70% dos brasileiros não ganham nem sequer R\$ 3.000 por mês. A proposta do Dieese é mostrar que a renda do Brasil é muito baixa, embora o valor que eles sugerem não seja viável economicamente porque as empresas não teriam condição de pagar nem a metade disso, declara.

Não há uma solução fácil e rápida quando se fala em aumento do salário mínimo sem ter como contrapartida o crescimento do desemprego e a alta inflacionária, mas os especialistas analisam os diversos fatores econômicos envolvidos nessa questão.

Para se chegar a um patamar de salário mínimo mais digno sem ter como consequência esses efeitos colaterais, seria necessário aumentar a produtividade de modo proporcional, o que depende, entre outros fatores, de políticas públicas capazes de alavancar a economia, reduzindo as desigualdades sociais, começando pela melhoria na educação e buscando uma maior qualificação da mão de obra. , afirma Brito Vaz, da SiqueiraCastro.

Para Juliana Inhasz, coordenadora do curso de Economia do Insper, a primeira medida seria o governo ajustar a dívida pública e controlar a **inflação**.

O governo precisa analisar os problemas estruturais da economia com bastante atenção. É só resolvendo essas questões que o Brasil vai crescer economicamente, e é crescendo economicamente que vamos ter condições de pagar um salário mínimo maior.

Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/05/02/como-salario-minimo-e-definido-e-por-que-nao-da-para-simplesmente-aumentar.htm>

Relações estremecidas com a PF



LUANA PATRIOLINO, Raphael Felice

Uma das principais bases de apoio do presidente Jair Bolsonaro (PL), os policiais federais estão insatisfeitos com a sinalização de que o chefe do Executivo não cumprirá a promessa de reestruturação da corporação e de que incluirá a categoria no reajuste linear do funcionalismo, de 5%, considerado insuficiente por eles. Na semana passada, houve manifestações em vários estados para pressionar o Planalto.

Policiais estavam na expectativa de que os R\$ 1,7 bilhão reservados no Orçamento da União fossem destinados ao reajuste salarial da categoria ? agentes federais, rodoviários federais e penitenciário. Bolsonaro sinalizou dessa forma diversas vezes, mas recuou diante de protestos dos demais **servidores públicos** e resolveu dar um aumento único para todos.

Na última sexta-feira, a Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapfe), avisou, em nota, que os agentes "não receberão esse duro golpe calados". "Em diferentes governos, a Polícia Federal conquistou avanços institucionais importantes. O atual governo, no entanto, se posiciona como exceção, fragilizando a instituição", diz o **comunicado** da entidade, que reúne delegados federais, policiais e peritos criminais. De acordo com a Fenapfe, um eventual cancelamento da reestruturação para a categoria seria "grave e inadmissível".

Vice-líder do governo na Câmara, Aluisio Mendes (PSC-MA) afirmou que, assim como outros integrantes da PF no Congresso, travou uma "dura batalha" para manter os R\$ 1,7 bilhão no Orçamento. "Fomos surpreendidos com essa decisão. Conversei com o presidente, e ele disse que ainda não tinha tomado decisão de aumento linear, mas estamos preocupados com isso. Se acontecer, vai ser, sem dúvida, uma

quebra de compromisso do presidente com a base oficial, com os policiais federais que compõem uma forte base de apoio, que foi muito importante há quatro anos", ressaltou, em referência às eleições de 2018.

Mendes disse que se reunirá, amanhã, com o ministro da Justiça, Anderson Torres, para "negociar que o compromisso do presidente seja cumprido". "Ele fez esse compromisso com todos os deputados que representam as polícias federais no Congresso desde a reforma da Previdência. Fez esse compromisso conosco. Esperamos que seja assegurado pelo governo. Se não acontecer, prevejo problemas do governo com as carreiras de policiais federais", destacou. "Há um clima de insatisfação muito grande, um clima muito ruim, mas eu sou otimista. Há tempo e espaço para negociar", acrescentou.

Desgaste

O professor de estudos brasileiros da Universidade de Oklahoma (EUA) Fabio de Sá e Silva apontou desgaste da classe nos últimos anos. "Talvez seja uma boa hora de a PF se dar conta de que tem sido manipulada e desvalorizada pelo governo Bolsonaro, que demitiu delegados que investigavam o governo e transformou uma parte da corporação em polícia política", declarou.

Já o cientista político Leonardo Queiroz Leite ? doutor em administração pública e governo pela Fundação Getulio Vargas de São Paulo (FGV-SP) ? não acredita que o descumprimento de promessas será suficiente para que a categoria deixe de respaldar o presidente. "Os Bolsonaros têm uma identificação forte com a Polícia Federal. O corpo da polícia tem uma mentalidade muito próxima daquilo que prega e defende o presidente. As grandes linhas da sua política, da ideologia, estão muito próximas daquilo que eles defendem. Então, não me parece que eles estejam próximos de romper com Bolsonaro", avaliou.

Segundo Leite, a probabilidade é que haja uma divisão na corporação a respeito do tema. "Os **servidores públicos** federais são muito articulados, com uma capacidade de pressão muito considerável. Pode haver um racha ou outro dentro da instituição, mas é uma pressão muito corporativa da carreira. Do ponto de vista político, não", destaca.

Outra expectativa da Polícia Federal para o governo Bolsonaro era a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 412/2009, que versa sobre

autonomia funcional, administrativa, financeira e orçamentária da corporação. No entanto, até o momento, o projeto está parado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados.

Entidades

Os atos foram apoiados por Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF), Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais (APCF), Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapef) e Federação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (Fenadepol).

O que pode ser votado ou não no Congresso antes do recesso

PAULO EGÍDIO paulo.egidio@zerohora.com.br

Iniciado o mês de maio, o Congresso Nacional tem dois meses e meio de trabalho pela frente até o recesso parlamentar, que começa em 18 de julho. Essa é considerada a última janela para votações relevantes em 2022. Após o recesso, os trabalhos em plenário são reduzidos drasticamente em razão da campanha eleitoral, visto que a maioria dos deputados e boa parte dos senadores devem disputar a reeleição ou outros cargos em outubro.

Embora sejam 11 semanas disponíveis para debates e votações de projetos, os parlamentares não devem apreciar reformas estruturantes que tramitam nas casas legislativas, como modificações no sistema tributário e nas regras do Imposto de Renda. Outro tema relevante que dificilmente será pautado é a privatização dos Correios, já aprovada na Câmara, mas com dificuldades para andar no Senado.

Prioridades Em contrapartida, outras propostas devem ganhar espaço, impulsionadas pelo crescente clima da disputa eleitoral. Sejam medidas provisórias do Executivo para beneficiar setores da economia e acenar para a população em geral, sejam projetos que agradem nichos específicos de eleitores identificados com o presidente Jair Bolsonaro e congressistas aliados.

Na oposição, além de barrar as iniciativas do governo, uma das metas é levar à votação na Câmara o projeto que torna crime o financiamento e a disseminação de fake news. O texto encontra resistência no Palácio do Planalto, que alega ameaças à liberdade de expressão. A proposta já passou pelo Senado, mas terá de voltar à análise da Casa pois foi modificada pelo relator na Câmara, Orlando Silva (PCdoB-SP). Outras matérias que ainda não estão tramitando podem entrar na pauta, como um novo Refis (programa de renegociação de dívidas com a União) e um subsídio à aquisição de itens como combustível e gás de cozinha. A proposta conta com resistências na equipe econômica, mas é defendida pela ala do governo preocupada com a rejeição de Bolsonaro, fator que dificulta as chances de reeleição.

Analistas consultados por ZH avaliam que a proximidade da eleição inviabiliza a construção de acordos para a apreciação de propostas como a

reforma administrativa, que mexe na estrutura das carreiras de **servidores públicos**, ou a **reforma tributária**, que enfrenta resistência em segmentos da economia.

- Em ano eleitoral, deputado ou senador não quer se indispor com eleitores, possíveis eleitores ou setores econômicos que podem ser importantes na sua campanha - pondera o cientista político André César, da Hold Assessoria Legislativa, que acompanha as movimentações do Congresso.

Mais notícias de política em gzh.

rs/politica O analista Antônio Augusto de Queiroz, do Departamento Inter-sindical de Assessoria Parlamentar (Diap), avalia que podem avançar propostas relacionadas ao meio ambiente, como o projeto que viabiliza a mineração em terras indígenas, em tramitação na Câmara.

- Há pressão do governo, que está com base suficiente para aprovar projetos, pelo menos na Câmara - destaca Professor da Fundação Getúlio Vargas, o cientista político Eduardo Grin considera que o período que resta até o recesso será utilizado pelo governo e seus apoiadores para galvanizar o apoio do eleitorado conservador e atender segmentos específicos.

Integrante da base governista e próximo do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), o deputado Covatti Filho (PP-RS) acredita que o governo pode obter apoio para aprovar propostas como a mineração em terras indígenas. O parlamentar avalia que a polarização entre Bolsonaro e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), verificada nas pesquisas eleitorais, pode se refletir no plenário e favorecer pautas do interesse do governo.

Vice-líder da oposição, a deputada Fernanda Melchionna (PSOL-RS) ressalta que uma das prioridades do grupo é viabilizar a votação do projeto que trata das fake news, para que as regras tenham condições de valer durante o processo eleitoral. Para isso ocorrer, o texto deve passar pela Câmara e ser votado novamente no Senado. No início de abril, os deputados rejeitaram a urgência da matéria.

- Acredito que teremos condições de votar a urgência

novamente ou criar uma comissão espe-| ciai para votar em plenário i em maio ou junho - afirma Melchionna.

Dono de uma base suficiente para aprova" a maioria das propostas de seu interesse na Câmara, o Planalto tem encontrado mais dificuldades no Senado. A liderança do governo na Casa está vaga há quatro meses, desde a saída de Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE). Carlos Viana (PL-MG) chegou a ser indicado ao posto, mas a nomeação ainda não foi publicada no Diário Oficial.

Na agenda DEVERÃO SERVOTADOS Pacote trabalhista Deve conter uma medida provisória (MP) para ampliar a formalização do trabalho rural e outra MP ou projeto de lei com "eixos estruturantes", ainda não pormenorizada pelo governo Mineração em terras indígenas Tramitando desde 2020 na Câmara, o projeto define regras para lavra de recursos minerais, petróleo, gás natural e aproveitamento de rios para geração de energia elétrica nas reservas indígenas. Teve regime de urgência aprovado no mês passado Piso da enfermagem Estabelece valor mínimo a ser pago a enfermeiros, técnicos de enfermagem, auxiliares e parteiras por serviços de saúde públicos e privados em todo o país. Enfrenta resistência de prefeitos que pode ser superada por uma emenda articulada pelo deputado Fausto Pinato (PP-SP), cujo conteúdo prevê ajuda da União para o pagamento. Aprovado pelo Senado, tramita em urgência na Câmara Mercado de carbono Propõe a regulamentação do Mercado Brasileiro de Redução de Emissões, com mecanismo de compensação financeira para quem instituir projetos de redução da emissão de gases do efeito estufa. Em regime de urgência na Câmara Licenciamento ambiental Busca a flexibilização de normas e dispensa de licenciamento para algumas atividades. Aprovado na Câmara, depende de acordo no Senado para ir à votação PODEM ENTRAR EM PAUTA Projeto das fake news Visa diminuir disseminação de informações falsas ou enganosas, prevendo punição aos responsáveis. Aprovada no Senado, proposta foi modificada na Câmara e teve a urgência rejeitada, mas continua em debate. Embora governistas rejeitem o texto, poderão aproveitar o debate para se posicionar contra o que consideram "ameaça à liberdade de expressão"

Subsídio a combustíveis Discutida pelo Palácio do Planalto, a medida visaria aliviar o efeito dos reajustes no combustível e no gás de cozinha. Impacto seria superior a R\$ 100 bilhões, o que incomoda a equipe econômica. É visto, porém, como oportunidade para reduzir a rejeição de Bolsonaro junto ao eleitorado em geral e agradar aos caminhoneiros em particular. Ao chegar ao Congresso, seria encarado como prioridade Novo Refis Ainda não chegou ao Congresso. Deve

prever refinanciamento de dívidas de empresas com a União. Presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) anunciou que o texto deve ser encaminhado via MP Educação escolar em casa Permite que os pais eduquem os filhos em casa em vez de na escola. Agrada ao eleitorado evangélico, um dos nichos que mais apoiam o presidente Jair Bolsonaro, mas ainda há dúvidas sobre a aprovação caso seja pautado na Câmara NÃO DEVEM SER APRECIADOS Reforma administrativa Proposta altera regras para o funcionalismo e a administração pública. Enfrenta resistências da oposição e de entidades ligadas aos servidores, e está longe de acordo que possibilite aprovação **Reforma tributária** Tramitando há quase três anos no Senado, está longe de consenso. Muda a tributação de setores da economia e impacta a arrecadação de Estados e municípios Privatização dos Correios Aprovado na Câmara, o texto autoriza a exploração dos serviços postais por empresas privadas e cria condições para a privatização dos Correios. Está parado no Senado, sem perspectiva de andamento Reforma do IR* Já passou na Câmara, mas está engavetada no Senado. Prevê correção da tabela do IR e taxaço de dividendos, entre outros itens *O governo ainda avalia editar MP reajustando a faixa de isenção do IR

Site: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/>

"Reeleição de Bolsonaro será um desastre para o país"



ROSANA HESSEL, VICENTE NUNES

As mudanças feitas no teto de gastos, no fim do ano passado, minaram a credibilidade da política fiscal do atual governo, de acordo com Henrique Meirelles, ex-presidente do Banco Central, ex-ministro da Fazenda e ex-secretário da Fazenda e do Planejamento do estado de São Paulo, hoje coordenador do programa econômico do pré-candidato João Doria (PSDB), ex-governador paulista.

"Não desestruturou o teto. Desestruturou a política fiscal", afirma Meirelles, que liderou a equipe responsável pela elaboração da emenda constitucional que criou a regra, em 2016, ao ser questionado sobre a antecipação da modificação orquestrada pelo governo e aliados no cálculo no teto. A alteração deveria ocorrer apenas em 2026, e, combinada com a pedalada dos precatórios previstos neste ano, abriu mais de R\$ 100 bilhões de espaço para gastos em ano eleitoral.

Para ele, a política fiscal foi desmoralizada e a **inflação** está mascarando a realidade, apesar de a equipe econômica e o próprio ministro da Economia, Paulo Guedes, insistirem no discurso de que o governo não abandonou o caminho da consolidação fiscal. "O teto de gastos continua com a mesma força e, agora, evidentemente, a política fiscal precisa respeitar o limite de gastos. Isso é fundamental", afirma. Ele ressalta que a atual política fiscal é "expansionista" e o Banco Central está sozinho no combate à **inflação**. Por isso, a carestia persiste afetando o bolso da população.

Meirelles compara a situação atual à de 2015, quando a **inflação** elevada ajudou a colocar o país em recessão. No entender dele, a situação agora é "similar". "Naquela época, a incerteza foi de tal magnitude que levou a uma recessão. Agora, estamos, simplesmente, em uma estagflação: crescimento muito baixo e **inflação** elevada", destaca.

Na avaliação do ex-ministro da Fazenda, será um desastre para o país ter mais quatro anos de governo Bolsonaro. "O país iria sofrer muito, caso ocorresse isso. Seria um desastre. E o problema é que a história nos diz que tudo que está ruim tem espaço para piorar mais", diz. "Nós temos que evitar que isso aconteça, sem dúvida", complementa.

Segundo Meirelles, o Brasil, sim, tem jeito. Como exemplo, cita a gestão dele à frente do BC, do Ministério da Fazenda, e, recentemente, no estado de São Paulo, que é responsável por mais de um terço dos empregos criados no país. "Acredito, sim, que o Brasil pode voltar a crescer e pode voltar a crescer de forma robusta", afirma.

O ex-candidato à Presidência em 2018 pelo MDB e atualmente filiado ao PSD acha que ainda há espaço para uma terceira via e a tendência, segundo ele, é de mudança do atual cenário polarizado, quando a campanha se intensificar e as eleições se aproximarem. "As pessoas estão preocupadas com a **inflação**, estão preocupadas com o emprego, estão preocupadas em comprar, em se alimentar e em conseguir sustentar o consumo de suas casas e das suas famílias. O foco na eleição, hoje, está muito baixo", frisa.

A seguir, a entrevista de Meirelles concedida ao Correio: IBGE revisa crescimento do **PIB** em 2018 de 1,3% para 1,8%(foto:)O teto de gastos foi adotado na sua gestão à frente do Ministério da Fazenda, em 2016. Hoje, há uma discussão grande, com vários candidatos dizendo que, se eleitos, não vão manter o limite para despesas. O atual governo já mudou muito essa regra. Como o senhor vê essa questão? É possível o Brasil, hoje, conviver sem o teto de gastos?

Não. Acho que, hoje, o teto é tão importante como era antes, quando fizemos, porque, devido às incertezas fiscais, inclusive, incertezas em relação ao cumprimento do teto e ao compromisso com ele estão levando a todos esses efeitos do mercado, às subidas de preço do dólar, que ainda está em patamar elevado. E tudo isso está causando essa **inflação** que temos hoje no país. É uma situação similar, talvez, na mesma agudeza que tínhamos em 2015. Naquela época, a incerteza foi de tal magnitude que levou a uma recessão. Agora, estamos, simplesmente, em uma estagflação: crescimento muito baixo e **inflação** elevada. Em uma situação como essa, o que é preciso é restaurar a confiança na política fiscal, na sustentabilidade fiscal do país a médio e longo prazos. E, para isso, é necessário restaurar completamente a credibilidade do teto de gastos. Não é uma opção. De fato, é uma atitude firme e é exatamente o contrário do que os candidatos (à Presidência da República) estão propondo. É preciso anunciar um compromisso firme com o teto de gastos. E, a partir daí, sim, eu acredito que poderemos ter uma restauração do nível de confiança, uma queda de indicadores importantes, inclusive, do valor do dólar frente ao real, e uma confiança de que a **inflação** vai ser controlada. E, com tudo isso, teremos condições de restaurar o crescimento do país. Em resumo: temos que fazer

exatamente uma restauração da credibilidade, da confiança do teto de gastos. Esse é o caminho. Esses mesmos candidatos alegam que é possível adotar um outro instrumento fiscal para substituir o teto de gastos. Esse instrumento existe? Qual seria?

Não existe. (Esses novos instrumentos) são exatamente fórmulas para poder gastar mais, em outras palavras. É o que eles chamam de "ter mais flexibilidade". Flexibilidade (no teto) significa gastar mais. Um exemplo concreto: se fala em abrir exceção e tirar do teto os investimentos. Mas o caminho não é esse. A partir do momento em que se abre espaço para tirar os investimentos, você está tirando espaço para o crescimento de despesas obrigatórias. O que é necessário, na realidade, é outra coisa. É respeito ao teto, fazer a reforma administrativa para abrir espaço para os investimentos. Não só investimentos em infraestrutura, mas investimento no social, como, aliás, fizemos no estado de São Paulo. Fizemos uma reforma administrativa rigorosa. E o que aconteceu? Entramos o ano de 2022 com R\$ 53 bilhões em caixa. Então, o estado, no momento, está executando oito mil obras e, ao mesmo tempo, fazendo programas sociais, como bolsa do povo, vale-gás, em nível estadual, e tudo isso com respeito ao teto de gastos. Portanto, é exatamente o contrário. Temos, sim, que fazer as reformas, principalmente, a administrativa. Também fizemos uma reforma fiscal e uma reforma da Previdência rigorosa (no estado). E, no governo federal, o que tem que ser feito é a reforma administrativa e tocar em frente a **reforma tributária** que está no Congresso. Mas não a **reforma tributária** apenas com o Imposto de Renda, mas uma **reforma tributária** ampla, tal qual foi apresentada pelos estados, por unanimidade. Com isso, sim, será aberto espaço no teto para poder fazer investimentos em infraestrutura e no social. E, ao mesmo tempo, você restaura a credibilidade para que os investimentos privados voltem e o país possa crescer, atraindo recursos internacionais. Hoje, existe muita liquidez no mundo, mas que, numa situação fiscal de incerteza, (o dinheiro) não vem para o Brasil. Temos de criar condições para os empresários nacionais se sentirem com mais confiança para aplicar recursos e investir. Esse é o caminho, de respeito ao teto de gastos e de fazer as reformas administrativa e tributária. As mudanças feitas pelo governo no ano passado no teto de gastos, alterando a metodologia do cálculo do limite, não prejudicam a credibilidade desse mecanismo? Além disso, ao pedalar os precatórios, o governo criou uma dívida adicional enorme, que ainda não sabemos o tamanho? Esse monte de chaminés, não desestruturou o teto?

Não desestruturou o teto. Desestruturou a política fiscal. Não vamos confundir a desestruturação da política fiscal com a do teto de gastos. Alguém me

perguntou em um evento: "Mas, com tudo isso que o governo está falando, o senhor não acha que desmoralizou o teto de gastos?" Eu disse: "Não. Desmoralizou a política fiscal". O teto de gastos continua com a mesma força. Agora, evidentemente, a política fiscal precisa respeitar o teto de gastos. Isso é que é o fundamental. O governo está comemorando o forte crescimento da arrecadação, dizendo que a política fiscal está no caminho certo, da consolidação, mas o que vemos é que muito do resultado positivo que se tem visto é por conta da **inflação**. Política fiscal beneficiada por uma **inflação** alta é consistente?

Não é consistente. Essa foi a política fiscal que tivemos durante todo o pior período da economia brasileira, o da hiperinflação, quando o custo de vida chegou a atingir 2.000% ao ano. Essa era a forma de financiamento do governo. Mas isso desorganizou a economia e o país, como um todo, sofreu com isso. A situação também foi ruim em 2015 e 2016, quando nós tivemos, isoladamente, uma **inflação** elevada diminuindo o deficit público. Só que o país entrou em recessão. Em resumo: uma **inflação** elevada leva a uma recessão, e não resolve o problema. E acaba criando uma obra de ficção. Tão logo a realidade cruel chega ou a **inflação** cai, vamos ver o desastre, como ocorreu com os bancos que viviam de receita inflacionária e quebraram lá atrás?

Exatamente. Mas a sociedade e o país como um todo já estão pagando o preço da **inflação** alta. Esse é o problema. O que eu acho é que a realidade é ruim. A **inflação** mascara, de um lado, as contas públicas, porque inflaciona exatamente a receita. Mas, obviamente, acontece isso como resultado da alta nos preços. Inflacionando os preços, atinge aquilo que a população consome. Então prejudica o consumo e o padrão de vida das famílias. Em última análise, desorganiza a economia. Isso é que é relevante. A **inflação** tem essa característica perversa de desorganizar a economia. Então, nós temos que levar todos esses fatores em conta com muito cuidado, porque tudo isso significa que o efeito líquido, o efeito final, real, da **inflação** é negativo para todos. E o fato é que a população, com isso, perde. E perde muito. No que o governo está errando na questão da **inflação**? O Banco Central promoveu o maior arrocho que já se viu na taxa de juros desde o início do regime de metas de **inflação**, em 1999. De março de 2021 até esta semana, os juros devem subir mais de 10 pontos percentuais, de 2% para 12,75% ao ano. Por que a **inflação** não está caindo?

Porque o Banco Central está sozinho no combate à **inflação**. Está fazendo a contração monetária, subindo a taxa de juros, mas, ao mesmo tempo, está havendo uma expansão fiscal. Isso é contraditório, porque você tem duas forças, de um lado, a política monetária

contracionista tentando segurar um pouco a **inflação**, e, do outro lado, uma política fiscal expansionista. Essas duas forças tendem a se anular. Então, é importante que exista uma consistência, isto é, a política monetária e a política fiscal atuem na mesma direção, como fizemos, por exemplo, em 2016 e 2017, quando tínhamos uma **inflação** elevada e recessão. O Banco Central aplicou uma política rigorosa, mas, com o teto de gastos, a expectativa de **inflação** caiu rapidamente, e isso, obviamente, fez com que se avistasse, aí sim, a queda da taxa de juros. O senhor falou que o governo desmoralizou a política fiscal atual. Isso é resultado do populismo?

Sim. É exatamente isso. Num momento em que se faz essas coisas todas, como mexer no teto de gastos, mudar o período de verificação de **inflação** para o cálculo do limite da regra, tudo isso leva a esse efeito. O teto de gastos deixa de apresentar resultados. O governo, agora, faz expansão fiscal do lado da receita, reduzindo imposto, já que a arrecadação bate recordes. Quais os riscos dessa política?

Os riscos são claros, porque é exatamente o que acontece, em termos clássicos, com **inflação** elevada. Tivemos tudo isso durante a hiperinflação, e que o Brasil viveu foi um dos piores momentos ao longo da história, na década de 1980, quando tivemos inflações elevadíssimas que, evidentemente, inflacionaram a receita. E o governo, levando isso em conta, começa a gastar os recursos provenientes da **inflação**. Isso agudiza o processo. O que o governo tem que fazer é o contrário. Tem que respeitar o teto, e, com isso, permitir que o Banco Central controle a **inflação**, e as receitas inflacionárias, evidentemente, vão cair. Por outro lado, o respeito ao teto permite um bom equilíbrio orçamentário e, o mais importante, os investimentos em infraestrutura e no social. Com as reformas tributária e administrativa e a economia organizada, temos condições de ter um avanço nos investimentos privados e no crescimento do país. O presidente Jair Bolsonaro é candidato à reeleição. A **inflação** de 12% ao ano pode ameaçar a vitória dele? Ele também pagará o preço pela **inflação** alta? Não seria incoerente a população reeleger um governante que foi leniente com a **inflação**? Esse raciocínio está absolutamente correto. Agora, ele está apostando, evidentemente, que os gastos eleitoreiros vão compensar o desgaste da **inflação**. Uma avaliação do ponto de vista realista diz que não. Mesmo as pessoas que recebem o Auxílio Brasil têm o valor desse benefício também erodido pela **inflação**. Existe um número vasto de pessoas, a maioria, que não recebe o auxílio. Elas também estão tendo os seus rendimentos erodidos pela **inflação**. Em resumo: é uma conta perdedora no final. Bolsonaro aposta que o auxílio, principalmente, em algumas regiões em que ele está mais fraco vai lhe permitir a reeleição. Mas acho que a

inflação vai puni-lo eleitoralmente. Esse é o quadro, e vamos ver como, exatamente, ele vai decorrer nos próximos meses. Então, o senhor acha que a **inflação** pode derrotar o Bolsonaro? Acho que sim. Olhando um pouco para a questão da desigualdade, que já era elevada e aumentou muito com a pandemia, como reduzi-la? Esse fosso entre ricos e pobres só será reduzido em um próximo governo?

Para reduzir a desigualdade, o país tem que crescer e criar empregos. O melhor programa social, o melhor programa de distribuição de renda, o melhor programa de diminuição de desigualdade que existe é a criação de empregos. Não tem dúvida. Esse é o caminho para o Brasil. E o país se desviou desse caminho? Pois é. A desigualdade se resolve com duas ações fundamentais. Primeira, a criação de empregos. As pessoas começam a trabalhar, a ter seus salários, e aqueles que estavam desempregados, onde está a raiz da desigualdade, melhoram o padrão de vida. Segunda, educação, que é um outro problema que estamos neste momento. Na educação você tem desde programas de treinamento e de qualificação do trabalhador, que aumentam a produtividade a curto prazo e diminuem a desigualdade também. E, a longo prazo, a educação é a verdadeira solução para a diminuição da desigualdade. É preciso aumentar fortemente a eficiência, o resultado e a qualidade do gasto em educação, além dos valores, para que, de fato, tenhamos uma solução de longo prazo para o problema da desigualdade. Isso, conjugado com o crescimento econômico e geração de emprego. O senhor há de convir que a educação não é prioridade do atual governo. Estamos no quinto ministro?

Isso é um problema. Com relação às propostas dos pré-candidatos, o líder nas pesquisas falava em revogar a reforma trabalhista. Agora, diz que vai revisá-la. Como vê isso?

Olha, eu acho que ele está mal assessorado, certamente. É algo que, num primeiro momento, tem a aparência de que o beneficia eleitoralmente, mas, na verdade, o prejudica. Porque os próprios trabalhadores vão entender que perdem sem a reforma trabalhista, pois aumentam os conflitos, cai mais ainda o emprego e se começa a ter problemas com os trabalhadores que hoje precisam ser incorporados ao mercado de trabalho, que são os de entregas e de compras eletrônicas. O que se tem que fazer é levar a reforma à frente e não voltar atrás. Isso (revogar a reforma trabalhista) é um erro grande, e é resultado de uma má avaliação. O senhor fala de levar a reforma trabalhista à frente e incluir os trabalhadores como os de aplicativos. Esse seria o caminho? Sim, porque isso está correto. São tipos de ocupações e de empregos que não existiam quando fizemos a reforma. O senhor ressaltou a questão fiscal de São Paulo, que entrou

2022 com mais de R\$ 50 bilhões em caixa e tem feito programas sociais importantes. Sabemos que um terço dos empregos que vêm sendo criados no Brasil estão em São Paulo. Por que o ex-governador João Doria, que é pré-candidato à Presidência, não consegue capitalizar isso e tem uma rejeição alta, inclusive, no estado que ele governou?

É difícil dizer. Eu acho que, com o tempo e o evoluir da campanha eleitoral, isso pode ser esclarecido. A população não tem uma visão tão clara dessa realidade. O fato é que tudo isso precisa ser levado, essa informação e essa visão, para o público mais amplo. E é exatamente o que será feito, no devido tempo, com a campanha eleitoral. Ele tem possibilidades grandes de melhorar o desempenho durante o curso da campanha, na medida em que as pessoas, de fato, passarem a prestar a atenção nas eleições. O que está acontecendo é muito simples. As pessoas estão preocupadas com a **inflação**, com o emprego, estão preocupadas em comprar, em se alimentar e em conseguir sustentar o consumo de suas casas e das suas famílias. O foco na eleição, hoje, está muito baixo. As pessoas não estão muito preocupadas com isso. Mas, em um certo momento, vão se preocupar e vão ter o foco na eleição. Aí, sim, todos esses fatores podem começar a ser levados em conta. Na sua avaliação, ainda tem espaço para a chamada terceira via?

Eu acho que sim, exatamente pelo aspecto que eu estou dizendo. O eleitorado não está com a atenção voltada para a eleição. Se a pessoa não está pensando nisso e chega o pesquisador e pergunta em quem você votaria para presidente hoje, ela fala um dos dois nomes que conhece. Um que já foi presidente durante muitos anos e o Brasil cresceu naquela época e eu fui, inclusive, presidente do Banco Central; o outro, que é presidente agora. A maioria menciona um dos dois e não está acompanhando a campanha e sequer está informada sobre os candidatos da terceira via. Esse é o ponto fundamental que, eu acho, tende a mudar quando as pessoas tiverem a atenção voltada para isso. João Doria admitiu que pode abrir um diálogo com o PT e até mesmo ser vice da senadora Simone Tebet (MDB). A prioridade, que ficou clara na avaliação dele, é derrotar Bolsonaro. Essa também deve ser a prioridade do país?

De fato, isso é um ponto importante. O país não vai bem. O país vai mal, e por diversos aspectos. E falamos aqui de dois aspectos fundamentais. Primeiro: o desenvolvimento econômico, seja no crescimento baixo, seja na **inflação** elevada, seja no desemprego elevado. E, segundo, o baixo investimento, resultado, em resumo, de uma má administração e de uma má gestão. Uma boa gestão é fundamental para o país. E tudo isso mostra que, de fato, a hora é de

mudança. Dado essa questão dos conflitos e dos choques das instituições e das tentativas de minar a democracia, vemos especialistas do seu porte dizendo que, neste momento, não tem que olhar para o teto de gastos e reformas, mas se preocupar com a democracia. Nesse sentido, o Brasil aguentaria mais quatro anos de Bolsonaro?

Eu acho que o país iria sofrer muito, caso ocorresse isso. Seria um desastre. E o problema é que a história nos diz que tudo que está ruim tem espaço para piorar mais. Esse é o ponto. Nós temos que evitar que isso aconteça, sem dúvida. E em um eventual governo Lula, o senhor voltaria se fosse convidado? O senhor ficou oito anos à frente do Banco Central, um dos mandatos mais longevos?

Foi o mais longo. Eu tenho uma postura a esse respeito que eu sempre segui em toda a minha vida profissional que é a seguinte: eu não tomo decisão por hipótese, caso aconteça. Eu tomo decisões sobre fatos concretos. Então, no momento, eu não penso nisso e não vou tomar decisão frente a uma série de vai acontecer isso ou aquilo. Agora, estou trabalhando na coordenação do plano econômico do Doria. Vamos em frente. No futuro, vamos ver exatamente qual será a realidade e tomar as devidas decisões de acordo com ela. O Brasil tem jeito?

Certamente. Mostramos isso, por exemplo, não só quando estive no Banco Central e controlamos a **inflação** que estava muito alta naquela época e equilibramos a situação cambial, mas também, depois, quando assumi o Ministério da Fazenda, em 2016. Naquele ano, o Brasil estava em uma recessão e o **PIB** brasileiro, de junho de 2015 a maio de 2016, tinha caído 5,2%. Tiramos o país da recessão. De dezembro de 2016 a dezembro de 2017, o Brasil cresceu 2,2%. Ou seja, caiu 5,2% nos 12 meses anteriores até assumirmos o governo, e, depois que foram aprovadas as medidas fundamentais e durante aquele ano completo em que estivemos no governo com as políticas todas funcionando, o país cresceu 2%. Então, é possível sim. Acredito, sim, que o Brasil pode voltar a crescer, e de forma robusta. Foi um governo muito curto e houve um efeito importante. Então dá para chamar o Meirelles de novo, citando o lema da sua campanha?

Vamos ver. Recentemente, o ex-ministro da Fazenda Guido Mantega, em uma conversa com empresários, disse que a política monetária de Roberto Campos Neto é melhor do que a sua à frente do Banco Central. Pode comentar essa provocação?

Olha, acho que o ponto é o seguinte: os números falam por si em relação à minha gestão, ao período em que estive no Banco Central. Se olharmos o

período de 2005 a 2010, quando a política monetária já estava estabelecida, com a meta de **inflação** já fixada em 4,5%, naqueles cinco anos, a **inflação** foi exatamente 4,5%. E, durante todo o período em que estive no BC, o país cresceu 4%, na média dos oito anos. Mas, se pegarmos a média de 2005 a 2010, foi 5%. O mais importante, se olharmos a base disso, é que a política monetária e o efeito dela mantiveram a **inflação** na meta de 4,5% durante todo o período em que ela foi estabelecida, até 2010. E a média foi de 4,5%. Acumulamos quase US\$ 300 bilhões em reservas internacionais. Quando assumi, o Brasil devia ao FMI (Fundo Monetário Internacional) US\$ 30 bilhões e tínhamos apenas US\$ 15 bilhões em reservas. Então, os números falam por si. Não preciso de grandes respostas, porque a realidade já responde. Muitos falam que o governo Lula foi beneficiado pela alta dos preços das commodities, e que não soube aproveitar. As reservas cambiais que temos hoje decorrem disso, certo?

Sim. E mais: a alta das commodities está acontecendo agora. E isso não levou o país àquele crescimento e nem a controlar a **inflação**. Nada disso. E (a alta das commodities no governo Lula) foi num período em que enfrentamos a crise de 2008, que foi, única, com resultados catastróficos no mundo. E enfrentamos com sucesso. Em resumo: houve eventos positivos naquela época, e, depois, algo mais forte e negativo, que foi a crise de 2008. E enfrentamos situações positivas e situações extremamente negativas.

O mundo, hoje, vê o país com muitas reservas. O senhor acha que o mundo vai voltar a comprar o kit Brasil?

No momento em que façamos as coisas certas, e o Brasil começar a respeitar o teto de gastos, respeitar as regras fiscais, respeitar o meio ambiente, e o governo adotar um discurso consistente em outras áreas, como a questão sanitária, (o país recupera a credibilidade). Assim que o Brasil voltar a adotar esse discurso, será respeitado. No período em que eu estava no Banco Central, a revista The Economist publicou na capa o Cristo Redentor decolando feito um foguete. Então, é possível, perfeitamente. Nós já fizemos isso e pode ser feito novamente. Não há dúvida. Neste ano, temos uma meta de 3,5%, indo para 3,25% em 2023. Esse objetivo cadente é factível, na atual conjuntura, ou veremos uma revisão, já que muitos economistas falam que a **inflação** estrutural do Brasil é acima de 4%?

O ponto é o seguinte: é possível ter metas menores. A maioria dos países emergentes têm metas de **inflação** ao redor de 3%. É factível, não há dúvidas. Já tivemos, inclusive, **inflação** ao redor de 3%, quando eu estava no Ministério Fazenda. Naquela época, a **inflação**

ficou abaixo do piso da meta (de 3%, em 2017). Então, é absolutamente possível. Já mostramos isso. Basta fazer o que é correto, não apenas o correto na política monetária, mas também o correto na política fiscal. Isso é que é importante. Como fizemos naquela época? Aprovamos o teto de gastos, respeitamos o teto e, ao mesmo tempo, com uma política monetária austera, levamos a inflação à meta. Então, o senhor acha que não é preciso mudar a meta de inflação neste ano?

Não. Mudar a meta de inflação seria um mau sinal, um sinal de leniência e de conformismo com uma inflação elevada. O que temos que fazer é um trabalho de restauração do teto de gastos e de convergência para a meta. Pode até fixar, como fizemos em 2003, um programa intermediário de convergência para o objetivo inflacionário. Agora, a meta tem que ser mantida. O senhor já definiu seu futuro político? Vai ser vice ao governo de São Paulo ou se candidatar ao Senado?

Vou definir nos próximos 30 dias.

Quase 20 anos depois, cotas revelam resultados positivos



Ana Maria Pol

A realidade no meio acadêmico, há uma década, era de um espaço ocupado, majoritariamente, por pessoas brancas. Em um Brasil onde pretos, pardos e indígenas representam 57,3% da população nacional - segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2019 -, a presença reduzida de alunos desse segmento nas universidades entrou em discussão. Na busca de uma participação mais representativa desses grupos, surgiram políticas de ações afirmativas e, como fruto dessa luta, a política de cotas raciais.

A Lei nº 12.711/2012 contribuiu para tornar o ambiente universitário mais plural e democrático. Dez anos após a sanção, a norma passará por avaliação, o que reacendeu os debates sobre a reserva de vagas. O texto define que 50% daquelas em universidades e institutos federais sejam para pessoas que estudaram em escolas públicas. Desse total, metade se destina à população com renda familiar de até 1,5 salário-mínimo per capita (R\$ 1.818).

Já a distribuição das vagas para cotas ocorre de acordo com a proporção de indígenas, negros, pardos e pessoas com deficiência de cada unidade da Federação em que fica a instituição de ensino. Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado, o senador Marcelo Castro (MDB-PI) afirma que, ao ser sancionada, a lei previa a revisão dela após 10 anos de vigência. O texto, porém, não estabeleceu como esse processo deveria ocorrer, os critérios, nem o órgão responsável pela análise. "É indiscutível o quanto essa norma trouxe avanços no acesso ao ensino superior. E vamos trabalhar, aqui no Senado, pela continuidade e pela ampliação dessa política. Entre 2012 e 2022, houve crescimento de

quase 400% no número de negros e negras no ensino superior. Um resultado extraordinário", avalia.

Atualmente, tramita na Casa o Projeto de Lei nº 4.656/2020, que aguarda análise da comissão e prevê a continuidade da política, com avaliação por década, para manutenção da medida. "Assim, caso o preenchimento das vagas fique abaixo do percentual de cada grupo em uma unidade da Federação, a cota será automaticamente renovada por mais 10 anos. Se o preenchimento das vagas for igual ou superior a esse percentual, ela se mantém por mais cinco, no mínimo", detalha o senador.

Vanguarda

A Universidade de Brasília (UnB) foi a primeira do país a adotar cotas raciais nos processos seletivos para graduação, antes da sanção da lei de 2012. Aprovado no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe) em 6 de junho de 2003, o Plano de Metas para Integração Social, Étnica e Racial estabelecia que 20% das vagas do vestibular se destinariam a candidatos negros e previa vagas para indígenas por demanda. A medida passou a valer no ano seguinte.

Em 2019, 16 anos após a aprovação das cotas raciais na instituição de ensino, 48% dos universitários se autodeclaravam negros, pardos ou indígenas. Em 2003, esse percentual era de 4,3%. A professora Dione Moura foi uma das relatoras da proposta da UnB e conta que a decisão serviu de modelo para políticas nacionais, como a Lei das Cotas. "Nós avaliamos o plano de metas e trouxemos duas intelectuais negras que pesquisavam o tema de educação e inclusão. Vimos que só uma ação afirmativa e reguladora permitiria dar início ao aumento na igualdade de acesso, (com taxas) em um nível mais próximo da realidade brasileira", observa.

Os desafios para aprovar a proposta foram grandes, segundo Dione, em virtude de "grande resistência e incompreensão". "Algumas reações se justificavam pelo desconhecimento. Muitos entendiam que as ações afirmativas significavam interferência do Estado e, por isso, defendiam que a sociedade deveria se organizar sem essa interferência. Outros diziam que não existia desigualdade racial ou que isso (a taxa pequena de acesso) era provocado por fatores de ordem econômica, não racial. Mas uma parcela

considerável apoiou, promoveu e esteve aberta ao diálogo", relembra a professora.

Anos depois da adoção da política, a resistência persiste, segundo o antropólogo Rafael Moreira Serra da Silva, 37 anos, que acompanhou de perto os efervescentes debates enquanto cursava ciências sociais na primeira turma da UnB. Ele ingressou na universidade pela política de cotas, mas, à época em que estava no ensino médio, a temática racial ainda estava longe das salas de aula. "Não me recordo de professores que tenham apresentado esse tipo de reflexão", conta.

O movimento negro crescia na universidade, mas os contrários às cotas também ganhavam espaço, segundo ele. "Havia professores que se manifestaram, inclusive, de maneira pouco respeitosa, dizendo que as notas cairiam, que os alunos ingressantes pelo sistema não tinham a mesma capacidade, os mesmos méritos. E, até hoje, esses argumentos continuam", lamenta Rafael. O antropólogo lembra que o debate ainda envolvia questões genéticas, baseadas na alegação de não ser possível saber se as pessoas eram brancas ou negras no Brasil, devido à miscigenação.

Desigualdades

Integrante do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UnB, Nelson Fernando Inocêncio da Silva lembra, porém, que as cotas raciais são, na verdade, uma política afirmativa para reparação de uma dívida histórica. "O Brasil, desde o século 19, pelo menos, envolveu-se com políticas voltadas para grupos específicos da sociedade. E, aqui, falamos de imigrantes europeus. Houve qualificação, escolarização, assentamento dessas populações", destaca. "Precisamos entender que o país cresce de forma desigual, principalmente considerando que o Estado deu atenção a alguns segmentos, e a outros, não, como negros e indígenas".

Nelson Fernando acrescenta que, apesar dos questionamentos sobre o suposto comprometimento da excelência do ensino nas instituições de nível superior, o processo não comprometeu o desempenho acadêmico dos estudantes que ingressaram por esse sistema. "A UnB, por exemplo, tem o IRA (Índice de Rendimento Acadêmico). Todo estudante que entra - por cotas ou não - precisa ter um resultado que corresponda ao estipulado nas regras da universidade para se manter nela. Se você não o tem, acaba desligado", reitera.

No ano passado, o IRA de estudantes cotistas ficou em 3,39, acima do verificado entre aqueles que entraram na UnB pelo sistema universal (3,35).

Decano de Ensino de Graduação da UnB, Diêgo Madureira de Oliveira acredita que há um longo caminho a percorrer. "Na verdade, o desafio real, a curto prazo, talvez seja fomentar, na sociedade, uma discussão pautada em evidências e princípios democráticos, não em posicionamentos ideológicos ou sem embasamento", comenta.

A aprovação do estudante de ciência política Guilherme Esteves do Socorro, 21, resultou da política de cotas. Ele conta que o irmão, que ingressou pelo mesmo sistema, tornou-se uma inspiração para tentar a vaga na instituição de ensino. "Ele se formou em matemática. Agora, foi contemplado para fazer pós-graduação e convocado em primeiro lugar no concurso (para professor) da Secretaria de Educação. Por causa dele, eu persisti para entrar, porque sabia que era possível. Ele é o exemplo mais próximo que tenho de que o estudo dignifica e de que, no fim, todo o esforço valerá a pena", comemora. "Nos últimos anos antes da faculdade, batalhei muito para fazer acontecer. Não foi nada fácil. Tive de me isolar de muitos para manter o foco e chegar aonde eu queria. Essa política pode não só mudar a vida da pessoa, mas de toda uma família", completa.

Renda familiar

Outra política afirmativa adotada em instituições de ensino superior do país é a das cotas para estudantes que cursaram o ensino médio em escolas públicas. Integrante do Neab, Nelson Fernando Inocêncio acrescenta que as cotas sociais são tão importantes quanto as raciais, devido à grande distância entre a educação pública básica e a superior. "Elas visam superar limites **impostos** pela luta de classes. Como ainda existe um processo de profundas discrepâncias e uma péssima distribuição de renda no Brasil, precisamos de políticas que contribuam para a melhoria da qualidade de vida de pessoas que pertençam a classes econômicas mais vulneráveis", pontua.

Até 2012, os estudantes da rede pública de ensino que ingressavam na UnB viviam uma realidade diferente nos corredores da instituição, segundo a assistente administrativa Thais Tavares Bezerra, 28, aprovada no curso de química, à época. "Até então, a UnB tinha adotado as cotas para negros, não existia a política para pessoas de baixa renda. Quando entrei, lembro que a turma tinha só mais três pessoas, além de mim, com origem na escola pública", recorda-se.

Seis anos depois, em 2018, Thais voltou para a universidade, desta vez, no curso de ciências ambientais da UnB e pelo sistema de cotas sociais. "Hoje, vejo uma universidade mais diversa. Mais pessoas da minha realidade passaram a fazer parte do

corpo discente. Nem todo mundo vive a realidade de ser sustentado pelos pais. Em muitos momentos, na UnB, eu me sustentei graças às bolsas concedidas por programas de extensão e de pesquisa. Mas muitos ainda não têm condições de se manter", lamenta.

(Leia mais sobre a UnB na página 17)

Entenda a evolução do ingresso por cotas na UnB

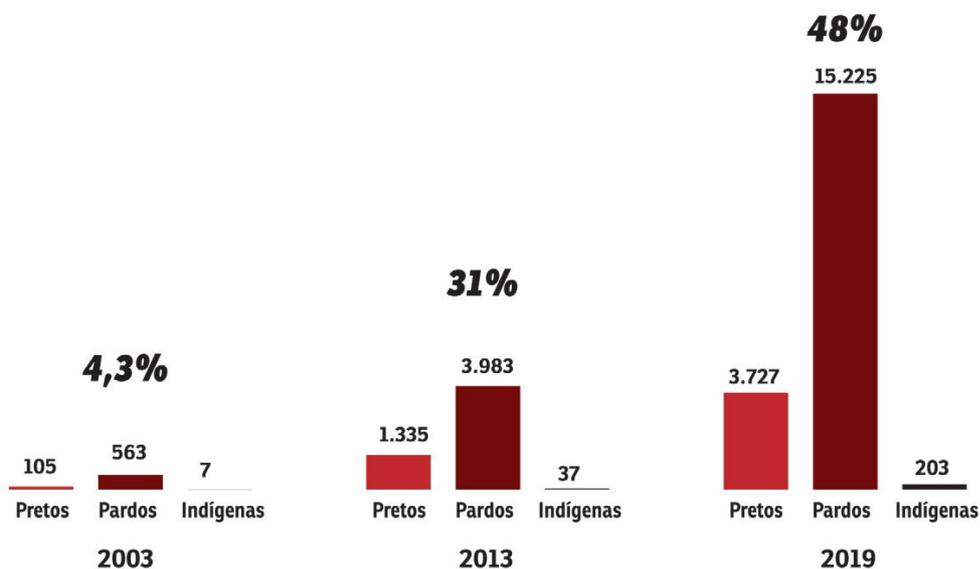


PERFIL DOS GRADUANDOS POR RAÇA/COR AUTODECLARADA

Raça/Cor	1º/2003* Antes da política de cotas raciais	1º/2013 Após uma década de ação afirmativa	2º/2019 Com cotas para escolas públicas e cotas raciais
Amarela	34	292	581
Branca	727	5.745	14.659
Indígena	7	37	203
Parda	563	3.983	15.225
Preta	105	1.335	3.727
Sem informação	14.126	5.893	5.304
TOTAL	15.562	17.285	39.699

*Em 2003, a autodeclaração de cor/raça não era obrigatória, por isso parte considerável dos dados estão na categoria Sem informação.

CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO DE GRADUANDOS PRETOS, PARDOS E INDÍGENAS



Fonte: UnB

"Bondades" já têm custo de R\$ 82 bi para as contas do próximo governo

ADRIANA FERNANDES GUILHERME PIMENTA BRÁSILIA

Atrás nas pesquisas de intenção de voto, o presidente Jair Bolsonaro está expandindo o pacote de medidas econômicas com viés eleitoral, que já pendura uma fatura de no mínimo R\$ 82 bilhões para o próximo presidente eleito. É um dispêndio adicional que dificulta o funcionamento de órgãos públicos e programas do governo sem uma mudança na regra do teto de gastos, que limita o crescimento das despesas à taxa de inflação do ano anterior.

O custo do pacote, que inclui aumento de gastos e corte de tributos, deve subir ainda mais e pressiona as contas públicas já nos primeiros meses do próximo governo.

Bolsonaro deu a senha para o problema ao dizer, na sexta-feira, durante uma entrevista a uma rádio de Mato Grosso, que deve rever a regra do teto de gastos após as eleições.

Além de Bolsonaro, os outros dois pré-candidatos à presidência mais bem colocados nas pesquisas, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Ciro Gomes (PDT), também defendem a alteração da lei.

Do lado das despesas, o próximo governo terá de lidar com um custo adicional de R\$ 41 bilhões do Auxílio Brasil, o programa social com a marca do presidente, com o pagamento mínimo de R\$ 400 permanente.

Entra na conta mais R\$ 1,9 bilhão para o auxílio do vale- gás, já aprovado. O valor pode ser maior, a depender do número de famílias atendidas e do preço do botijão. O presidente também promoverá um reajuste de 5% para os salários dos servidores com custo de R\$ 12 bilhões no ano que vem.

Do lado da arrecadação, o governo já abdicou de R\$ 27,4 bilhões em receitas no ano que vem com a redução de 35% da alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), sem levar em conta outros benefícios fiscais menores que o presidente está promovendo, como, por exemplo, a isenção até 2025 para a compra de táxi.

INVIÁVEL. Um experiente integrante da área econômica do Ministério da Economia, especialista em Orçamento, que falou na condição de anonimato,

avalia que o próprio presidente, ao concordar em aumentar em R\$ 41 bilhões as despesas anuais com o Auxílio Brasil, está inviabilizando o teto de gastos do próximo governo. Dessa forma, destacou, Bolsonaro, se não for reeleito, não poderia culpar o próximo presidente pela retirada do teto.

A avaliação do Ministério da Economia até o momento é de que a transformação do Auxílio Brasil de R\$ 400 em um benefício permanente não exigirá compensação para atendimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Procurado, o ministério disse que, com base em conversas ainda informais e preliminares a respeito do assunto, o entendimento é de que não seja necessário.

Gastos para 2023

I Parcela complementar do Auxílio Brasil R\$ 41 bilhões

I Redução do IPI em 35% R\$ 27,4 bilhões

I Reajustes de servidores R\$ 12 bilhões

I Auxílio-gás R\$ 1,9 bilhão (pode ser mais, a depender do número de famílias e do preço do gás)

I Total: R\$ 82,3 bilhões

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

O presente de grego do governo (Editorial)



Quatro meses depois de o Congresso aprovar o parcelamento de dívidas para micro e pequenas empresas participantes do Simples Nacional e microempreendedores individuais (MEIs), o governo finalmente encontrou uma fonte de recursos para financiar o programa. Pela segunda vez, o Executivo aumentou a tributação sobre os bancos, elevando a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de 20% para 21%, a partir de agosto; para instituições financeiras não bancárias, a alíquota passará de 15% para 16%. A medida é mais uma prova da ciclotimia característica da política econômica de Jair Bolsonaro.

Para começar, o Programa de Reescalonamento do Pagamento de Débitos no Âmbito do Simples Nacional (Relp) foi vetado por Bolsonaro em janeiro, sob a justificativa de falta de compensação para a renúncia fiscal associada à medida, o que configura crime de responsabilidade. Era um jogo de cena, já que o próprio presidente havia se manifestado favoravelmente à iniciativa e incentivou o Congresso a derrubar seu veto - o que ocorreu em março. Nesse período, o Comitê Gestor do Simples Nacional, por sua vez, prorrogou por duas vezes o prazo para exclusão do regime de empresas inadimplentes e a data de adesão ao Relp, a última até 31 de maio.

Fica claro que o governo estava decidido a viabilizar o Refis dos pequenos negócios, que pode levar à renegociação de até R\$ 24,2 bilhões - e nesse objetivo, em particular, ele tinha razão. Em condições normais, programas de parcelamento de dívidas são um incentivo a maus pagadores, especialmente

grandes companhias, que repetidamente refinanciam seus débitos com desconto e prazos mais favoráveis em detrimento dos cofres públicos e de quem paga o que deve em dia. Porém, ao longo de dois anos de pandemia, a maioria das empresas teve de batalhar para não fechar as portas, e não há dúvida de que os negócios de menor porte foram os mais afetados.

A questão é que, para conseguir sobreviver, boa parte dos empreendedores teve de recorrer a operações de crédito - e é justamente sobre elas, que já estão mais caras em razão da **inflação** e da Selic nas alturas, que os efeitos do aumento da tributação deverão recair. Segundo o presidente da Federação Brasileira de Bancos, Isaac Sidney, quem será alvejado com um tiro certo é o consumidor, pois **impostos** mais altos significam, na prática, mais juros sobre o tomador dos empréstimos. No ano passado, o setor já havia sido escolhido para bancar a desoneração do diesel e do gás, mas à época, a medida supostamente seria temporária. "A impressão que fica é que o governo gosta de **inflação** e não se importa com as consequências de mais pressão inflacionária, algo que a sociedade não aceita mais", disse Sidney.

Não é coincidência que o governo tenha elevado a tributação sobre o setor financeiro para viabilizar o Refis exatamente na mesma semana em que anunciou a reabertura de programas emergenciais de acesso a crédito para pequenos negócios. Trocando em miúdos, o que o governo fez foi iludir os empreendedores: deu com uma mão e tirou com a outra.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Câmara muda legislação para reduzir custos da Embraer

Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187205?page=8§ion=2

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187205?page=8§ion=2

STF reduz impacto de vitórias dos contribuintes

BeatrizOlivon De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187205?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187205?page=1§ion=1

Pior resultado desde o início da pandemia acende sinal de alerta na Bolsa - MERCADO S/A



AMAURI SEGALLA

Depois dos estragos que a pandemia provocou na bolsa, era de se esperar que as fortes quedas não se repetissem por um bom tempo. Mas no Brasil as dificuldades se sucedem em ritmo alucinante. Em abril, o IBovespa, principal índice da Bolsa brasileira, recuou 10,10% - foi o pior desempenho desde o início da pandemia. O que explica o movimento? Tem de tudo: prolongamento da guerra na Ucrânia, lockdown na China (que certamente levará à desaceleração da segunda maior economia do planeta), congestionamento nos portos chineses (que prejudicam as cadeias de suprimentos), escalada inflacionária no mundo e, claro, a inesgotável tensão política no país, agora revigorada pelas ameaças à democracia. Não à toa, em abril (até dia 27), os estrangeiros retiraram R\$ 5,3 bilhões da Bolsa, levando seus recursos para destinos mais seguros. A tendência continuará nos próximos meses? Com a

eleição, o cenário poderá se tornar mais turbulento.

Setor imobiliário quer diálogo com presidentiáveis

Um empresário do ramo imobiliário diz que o setor espera ser procurado por representantes da área econômica dos dois candidatos que lideram as pesquisas presidenciais, Lula e Bolsonaro. "A eleição está aí e precisamos saber os caminhos que o futuro governo vai tomar", afirma. "Questões como combate à **inflação**, política fiscal e compromisso com reformas precisam ser esclarecidas." O empresário reclama do "baixo nível das campanhas." Campanhas? "Sim, elas já começaram, só não vê quem não quer."

Shopee é o aplicativo de compras mais usado no Brasil

Surpreende a velocidade de crescimento do aplicativo chinês Shopee no Brasil. Segundo levantamento realizado pela empresa de pesquisas Opinion Box, ele já é o app mais usado para fazer compras pelo celular, à frente de marcas consagradas como Americanas, iFood e Mercado Livre. A Shopee foi citada por 21% dos consumidores digitais - em segundo lugar, o iFood foi lembrado por 15% dos entrevistados. Recentemente, a plataforma chinesa alcançou a marca de 2 milhões de lojistas brasileiros cadastrados.

Carros voadores da Embraer chamam atenção do mercado

O que parecia ser um projeto apenas para o futuro distante parece pronto para decolar. A Eve, empresa de mobilidade aérea urbana da Embraer, informou que tem cartas de intenção para vender 1.825 "carros voadores". Entre os clientes interessados estão empresas de leasing aéreo, operadoras de helicópteros e plataformas de compartilhamento. Conhecido como eVTOL, ele é um veículo elétrico com pouso e decolagem vertical que traz vantagens competitivas, como preços baixos e emissão zero de carbono.

Rapidinhas

» Reza a lenda no mundo dos investimentos que o

ouro é a melhor proteção contra a **inflação**. Não foi isso o que se viu em abril. O metal nobre encerrou o mês com queda de quase 2%. Na direção oposta, o dólar subiu 4,6%, a maior alta desde janeiro de 2015. Dos 20 pregões de negociação em abril, o índice do dólar subiu 16 vezes.

» O agronegócio não para. De acordo com dados da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), as vendas de máquinas agrícolas cresceram 9% no primeiro trimestre em relação a idêntico período do ano passado. O resultado surpreendeu: a estimativa do mercado era um avanço em torno de 5%.

» A rede Outback sofreu com a pandemia, assim como todo o setor de restaurantes. Passada a crise, a holding americana Bloomin"Brands, dona da marca, tirou da gaveta seu plano de expansão. A empresa investirá, até o final do ano, R\$ 75 milhões para abrir 20 unidades no país, chegando assim a um total de 150 endereços.

» O mercado de eventos está tão aquecido que obrigou os organizadores da Campus Party Brasil, maior encontro de tecnologia do país, a adiar de julho para novembro a realização do encontro em São Paulo. Para que a feira tenha tudo o que foi planejado - como arena e camping -, será preciso readequar o Pavilhão de Exposições do Anhembi.

Eleições e crise externa deverão deixar dólar a R\$ 5

Para analistas de mercado, o cenário externo complexo, de combate à **inflação** nos EUA e com a Guerra da Ucrânia, e a instabilidade política da corrida eleitoral polarizada no Brasil deverão deixar a cotação do dólar na casa dos R\$ 5. A moeda subiu 4% em abril, após cair 15% no primeiro trimestre. MercadoA12

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49899&anchor=6455201&pd=7efd5b890662fc7160b131b7531a48fc>

Para onde vai a cotação do dólar? Veja o que pensam especialistas

Clayton Castelani Eduardo Cucolo

A cotação do dólar subiu quase 4% em abril, depois de ter caído 15% no primeiro trimestre. A oscilação reflete a mudança no humor dos investidores, que passaram a esperar um contexto mais difícil para o Brasil com o endurecimento do combate à **inflação** nos Estados Unidos e turbulências internas com a polarização da corrida eleitoral ao Palácio do Planalto.

Analistas consultados pela Folha afirmam que dificilmente o dólar voltará a oscilar muito abaixo dos R\$ 4,70 até o fim de 2022, conforme ocorreu no primeiro quarto do ano, embora os fundamentos para a formação da taxa de câmbio -tais como as paridades entre países quanto ao comércio exterior, poder de compra e a relação entre juros e **inflação**- pudessem sustentar essa cotação por mais tempo.

Em contrapartida, eles consideram que há pouco espaço para nova escalada ao patamar de R\$ 5,70, como registrado no início do ano. O cenário projetado neste momento é de uma taxa circundando os R\$ 5, embora reconheçam que a imprevisibilidade das variáveis que influenciam o câmbio impeça mirar com precisão a cotação futura da moeda americana.

Apesar de certo consenso sobre o horizonte do câmbio, o caminho a percorrer é acidentado. Oscilações passaram a ser ainda mais esperadas após o repique da Covid na China e a decisão da Rússia de intensificar sua ação militar na Ucrânia e subir o tom das ameaças ao Ocidente.

Em relação a comprar ou não a moeda internacional para uma viagem internacional, a imprevisibilidade do câmbio leva a uma receita básica: buscar o preço médio. A regra é comprar quantidades iguais de dólares em intervalos regulares no período entre o início do planejamento e o embarque.

O QUE DIZEM OS ANALISTAS

Nicola Tingas, economista-chefe da Acrefi (Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento), considera que o dólar só caiu no primeiro trimestre porque o real foi excessivamente desvalorizado no ano passado.

Neste ano, juros altos o suficiente para compensar os

riscos do Brasil em um momento de incerteza no exterior, ações de empresas locais crescendo a reboque da alta das commodities e até certa calma na política doméstica ajudaram a atrair investidores para o Brasil.

Porém, na avaliação de Tingas, a piora do cenário internacional no último mês deixou pouco espaço para a manutenção de uma cotação justa, abaixo dos R\$ 4,80.

Fundamentos econômicos não são as únicas variáveis a determinar o câmbio. Expectativas sobre o futuro do país também entram na conta. Nesse sentido, a política pode pesar mais no curto prazo, como ocorreu no segundo semestre de 2021.

Fernanda Consorte, economista-chefe do Banco Ourinvest, argumenta que a recente alta no câmbio é também um ajuste à aproximação do período eleitoral e à polarização da disputa entre duas candidaturas, a do presidente Jair Bolsonaro (PL) e a do ex-presidente Lula (PT).

Uma disputa acirrada, com governo e oposição em condições de êxito, alerta investidores para o crescimento do risco fiscal, que neste momento pode ser entendido como o receio de que uma escalada de decisões e promessas populistas poderiam prejudicar a execução do Orçamento nos próximos anos.

Daniel Miraglia, economista-chefe da Integral Group, também considera que o câmbio já começou a mostrar o preço da eleição e que a tendência é que isso se intensifique. Mas ele reforça que é o que acontece lá fora, especialmente nos Estados Unidos, que vai ditar o ritmo do mercado até o fim do ano.

O banco central americano, o Fed (Federal Reserve), tirou a sua taxa de juros de referência do zero em março, além de ter encerrado um programa injetou bilhões de dólares no mercado financeiro por meio da compra de títulos imobiliários e do Tesouro.

A fatura de liquidez estimulou a economia durante a fase mais aguda da pandemia, mas também aqueceu o mercado consumidor antes da normalização da oferta de bens e insumos, que segue prejudicada pela rigorosa política de combate à Covid na China. O resultado foi a maior alta de preços em quatro

décadas.

Para tentar barrar a **inflação**, o Fed subiu sua taxa em 0,25 ponto percentual há pouco mais de um mês e deverá aplicar aumentos iguais ou superiores a meio ponto em cada uma das suas seis reuniões previstas até o final deste ano. Um aperto impensável há pouco tempo e que coloca o mundo em alerta para uma forte desaceleração da economia global.

Juros mais altos nos Estados Unidos tendem a atrair para os títulos soberanos do país investidores que estavam posicionados em países mais arriscados, como o Brasil.

Um sinal de que esse processo está em curso é que os rendimentos dos títulos de referência do Tesouro americano rondam o patamar mais elevado desde 2018. É um movimento que revela a expectativa de investidores em ampliar ganhos na renda fixa do país.

Para Sandra Blanco, estrategista-chefe da Órama, a busca de investidores por refúgio na proteção dos ativos ligados ao dólar passa a ser uma tendência ainda mais forte com o prolongamento da guerra na Ucrânia e o repique da Covid na China.

Nos dois casos, a principal ameaça é a **inflação**. O preço de referência do petróleo bruto, o Brent, está flutuando acima dos US\$ 100 (R\$ 501) por barril desde o início da guerra. E, apesar de os confinamentos em grandes cidades da China para conter o coronavírus potencialmente reduzirem a demanda por combustível, uma nova paralisação no país apertaria ainda mais o gargalo da oferta geral de produtos.

Daniel Weeks, economista-chefe da Garde, afirma que o Brasil pode se beneficiar pela falta de boas alternativas de investimento entre as grandes economias emergentes. Segundo ele, o país ganha com o efeito da alta dos preços de commodities sobre a atividade, oferece uma taxa de juros elevada e possui alguma estabilidade política, quando comparado com Rússia, Turquia e China, por exemplo.

Também na avaliação do economista, parte dos dólares vindos do superávit comercial recorde projetado para 2022 deverá entrar no país, algo que não ocorreu no ano passado. Em 2021, a balança comercial registrou superávit recorde de US\$ 61 bilhões, mas entraram efetivamente no Brasil US\$ 9,8 bilhões.

"Teremos uma balança comercial muito forte. Esse dinheiro não entrou [no país] em 2021. Neste ano, deve entrar, porque os juros estão mais altos", afirma

Weeks.

Ele projeta uma taxa de câmbio de R\$ 4,75 no final deste ano e R\$ 4,85 no fim de 2023. E diz que parte dessa volta do dólar deve ajudar a reduzir os índices de **inflação** a partir do segundo semestre.

Bruno Capusso, diretor de tesouraria do Banco Fator, afirma que é natural que o real sofra mais no cenário atual após a forte valorização no primeiro trimestre.

"O processo de apreciação entrou em standby, mas não acho que tenha sido interrompido", diz Capusso.

Ele afirma que a posição do país como exportador de commodities e o diferencial de juros em relação ao exterior são as principais linhas de defesa para evitar uma desvalorização mais forte da moeda nacional.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49899>

Dólar, juros e petróleo sobem com riscos globais

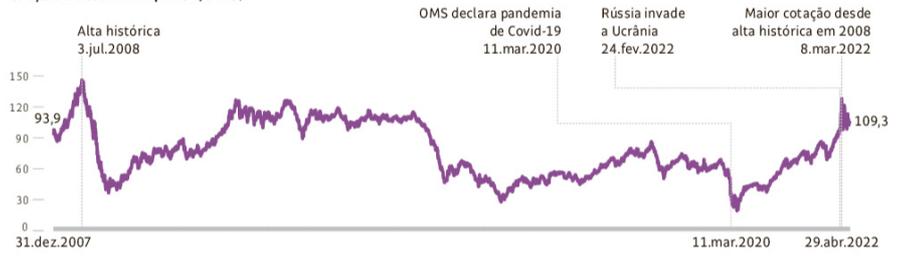
Dólar ante o real

Flutuação diária da moeda americana, em R\$



Preço histórico do petróleo

Cotação diária do barril do tipo Brent, em US\$



Dólar contra principais moedas

Varição da cotação diária do índice DXY, em US\$



Tesouro dos EUA

Rendimento diário até a maturidade dos títulos com vencimento em 10 anos, em %



Fontes: Bloomberg e CMA

O ressurgimento do Brics (Artigo)

Mathias Alencastro Pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, ensina relações internacionais na UFABC

Comenta-se com ironia que a invasão da Ucrânia pela Rússia, motivada para avantajar Moscou e inaugurar uma nova era geopolítica, acabou reforçando o Ocidente. Entretanto, outro desdobramento surpreendente tem merecido menos atenção dos observadores: o ressurgimento do Brics.

Depois de festejarem os 20 anos do bloco melancolicamente no ano passado, os países-membros, Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, pareciam prontos para seguir caminhos diferentes.

As ambições da China, cujo **PIB** cresceu 18 vezes desde 2001, criaram fricções dentro do grupo. Sob Narendra Modi, a Índia iniciou uma virada atlantista, pró-ocidental, com a entrada no Quad, o grupo de diálogo para a contenção de Pequim liderado por Washington. Inspirado pela loucura bolsonarista, o Brasil tentou se alinhar aos Estados Unidos de Trump e adotou uma violenta retórica anti-China.

Atormentada por uma crise doméstica, a África do Sul perdeu relevância dentro e fora da África. O mergulho de cabeça da Rússia na guerra poderia ter implodido o bloco. Mas o contrário aconteceu.

As explicações para a reação quase uníssona do Brics diante do conflito entre Ocidente e Rússia vão além da solidariedade anti-imperialista e das articulações frenéticas do Kremlin para impedir seu isolamento.

Os outros membros, começando por China e Índia, viram no Brics o fórum mais apropriado para buscar o equilíbrio entre o apoio inevitável a Moscou e a preservação de sua integração com a economia global.

No novo mundo, caracterizado pelo acirramento entre superpotências, o bloco surgiu como um porto seguro do velho multilateralismo. Não por acaso, sua próxima cúpula, agendada para junho, será a mais escrutinada da última década. Para o Brasil, que se encontra à deriva desde o fracasso da diplomacia bolsonarista, o regresso do Brics pode acelerar sua reinserção internacional.

Para tanto, a prioridade deve ser consolidar outras agendas além da delicada questão militar. Num momento em que a Índia sofre com uma onda de calor

tirada de um livro de ficção científica, o aprofundamento da cooperação na luta contra a crise climática, além da organização em torno de polos de tecnologia e indústria, parece uma evidência.

Uma abordagem mais ambiciosa e inovadora seria vincular o desenvolvimento do Brics a outros mecanismos de integração prioritários ao Brasil. Na América do Sul, o projeto de moeda compartilhada apresentado por Fernando Haddad e Gabriel Galípolo nesta Folha dialoga com a agenda de reorganização do sistema financeiro, prioridade absoluta da China na era das supersanções, e, ao mesmo tempo, atende ao desafio de reforçar o poder de negociação brasileiro perante os parceiros comerciais euroasiáticos.

Também o futuro das relações entre Brasil e os países africanos, potências do agronegócio, será construído invariavelmente em torno da relação com a China e a Índia, que reúnem mais de 40% da humanidade. A próxima década deve confirmar que Pequim e Nova Déli serão os únicos países do Brics a realizarem a profecia de Jim O'Neill, criador do acrônimo, e a alcançarem o status de potência global.

Cabe ao Brasil transformar a frustração em uma nova agenda estratégica.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49899>

'Teremos a maior alta de juros nos EUA em décadas'

CITI



FILIPE SERRANO

Leonardo Porto é economista do Citi Brasil há 13 anos; é formado em Economia pela PUC Minas e tem doutorado pela USP

A expectativa de uma alta mais forte da taxa de juros nos EUA contaminou os mercados financeiros na semana passada, o que fez a Bolsa cair e o dólar voltar a um patamar próximo de R\$ 5.

Essa visão será colocada à prova nesta semana. Tanto o banco central dos EUA (o Federal Reserve ou Fed) quanto o Banco Central do Brasil têm reuniões de política monetária para decidir o novo nível das taxas de juros. Segundo o economista- chefe do Citi Brasil, Leonardo Porto, esse ambiente de juros mais elevados prejudica os países emergentes, como o Brasil, porque estimula a saída de capitais e aumenta a cotação do dólar. É uma situação que dificulta o crescimento da economia, já combalida. "A gente está indo para um ciclo de aperto monetário nos EUA que a gente nunca viu nas últimas décadas", afirma Porto na entrevista a seguir.

Em relatório recente, o Citi fez um alerta sobre a **inflação** global, dizendo que há um risco de uma **espiral** de preços. Por que essa preocupação tão forte?

A gente tem visto uma confluência de fatores que está inflamando os preços no mundo todo. E não parece que isso vai se dissipar no curto prazo. O primeiro são os problemas nas cadeias de fornecimento, que têm se escalado a cada momento.

A questão da China e os novos lockdowns são outro. Em paralelo, a gente está vendo o preço das commodities batendo recordes. Para completar, nos países emergentes, como o Brasil, a **inflação** corrente, que está muito alta. O meu ponto é: esse processo inflacionário mundial pode ser mais persistente.

Como isso se aplica no caso brasileiro?

O Brasil tem um quadro de **inflação** extremamente elevada, mas a gente acredita que está próximo do pico, que deve ser por volta de abril, próxima dos 12% em 12 meses. O problema é que a distância é muito grande entre os 12% e os 3,5%, da meta de **inflação**. Neste ano, não vai dar nem para chegar ao teto. A previsão é de que fique em 7,8%. Para o ano que vem, a gente acha que fica acima do centro da meta, mas dentro da banda, em 3,9%. Isso porque o BC tem dado sinais de que já fez um serviço grande, e de que quer parar para observar.

A gente acha que a Selic sobe na próxima reunião em 1 ponto porcentual, e mais 0,5 ponto em junho, chegando a 13,25%. Nas nossas contas, a Selic a 13,25% não vai ser suficiente para jogar a **inflação** no centro da meta em 2023.

Por que não?

Porque o Brasil está com uma **inflação** muito elevada e existe um componente inercial. Quanto mais alta a **inflação**, e quanto mais tempo ela fica alta, maior o **risco** de ela contaminar a expectativa de **inflação**, tornando o processo inflacionário mais rígido. A gente entende o BC. O que ele já subiu de juro real não é pouco. O juro real está acima de 7%. É muita coisa.

O cenário de **inflação** é mais preocupante no exterior do que no Brasil?

O Brasil está num estágio diferente.

O Brasil enfrentou uma aceleração da **inflação** a partir

do segundo semestre de 2020.

A visão é de que o BC já fez o serviço, e daqui para frente o Fed, banco central americano, vai ter de fazer muito mais.

Nosso time de Estados Unidos acha que o Fed vai ter de subir os juros em 0,5 ponto percentual nas próximas quatro reuniões e depois 0,25 ponto até o fim do ano e vai continuar subindo a taxa de juros até superar os 3,75% no final do ano que vem. É um longo caminho ainda. Aqui no Brasil estamos falando de mais duas altas. O grande ponto de incerteza é a dinâmica do câmbio.

Por que o câmbio?

A gente está com uma visão de que o dólar fecha o ano em R\$ 5,19 porque o ambiente global para países emergentes vai se deteriorar. A gente está indo para um ciclo de aperto monetário nos EUA que a gente nunca viu nas últimas décadas. Isso já provoca um aumento importante nas taxas de juros internacionais.

O melhor exemplo são as Treasuries (títulos do Tesouro americano) de dois anos. Elas estão hoje com um juro por volta de 2,70%, e que era de 0,70% no fim do ano passado. Foram quase 2 pontos percentuais de alta num intervalo de quatro meses.

Isso não é pouco. Quando tem um aumento tão intenso, começa a ter um risco de valorização do dólar frente a outras moedas, porque os capitais fluem para os EUA. Isso já está acontecendo, e o ajuste na taxa de câmbio é muito rápido. Nos últimos dias, o dólar já voltou para perto de R\$ 5. Esse ajuste pode contaminar as commodities, que são cotadas em dólar.

E o nível de aversão ao risco fica mais elevado nos mercados. Os investidores ficam mais avessos a colocar recursos em países mais arriscados.

Nesse ambiente, o que esperar para a economia?

A gente prevê um crescimento de 0,1%, pouco acima de zero.

Não é um dado promissor, mas é melhor do que a gente previa antes (-0,3%). O ponto é que o aumento dos juros tem um custo na atividade. Para trazer a **inflação** para a meta, existe uma taxa de sacrifício. Esse sacrifício é um crescimento menor temporariamente. A gente deve ter de pagar esta taxa de sacrifício neste ano.

Risco

Ajuste no câmbio pode contaminar os preços das matérias-primas cotadas em dólar

PIB menor

"Para trazer a **inflação** para a meta, existe uma taxa de sacrifício.

Esse sacrifício é um crescimento menor temporariamente"

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

"A Bolsa está mais cara do que a renda fixa"



RPS CAPITAL

'Juro alto não combina com Bolsa valorizada', diz Di Sora

JENNE ANDRADE

Paulo Di Sora é sóciofundador da RPS Capital, gestora com especialidade no mercado de renda variável

Em abril, o mercado brasileiro passou por uma mudança de cenário.

O Ibovespa desceu a ladeira e perdeu o patamar dos 119 mil pontos para os atuais 107,8 mil pontos, uma desvalorização de 10,1%. O saldo de investimento estrangeiro também sofreu correção. Depois de um primeiro trimestre de entradas com recorde, os gringos retiraram R\$ 5,3 bilhões da Bolsa brasileira, a B3, até a última quarta-feira, dado mais recente disponível.

Paulo Di Sora, diretor de investimento e sócio-fundador da RPS Capital, afirma que o fraco desempenho é reflexo de duas grandes variáveis. "Dúvidas sobre a China e a queda no preço de commodities. Os dois fatores explicam 90% do movimento", diz.

O executivo vê uma Bolsa pouco atrativa fora de setores defensivos. "Em termos de ativos de risco, é mais barato você comprar um juro prefixado do que uma Bolsa doméstica", afirma. "A Bolsa doméstica está mais cara do que a renda fixa." A seguir, os principais trechos da entrevista: O Ibovespa fechou abril em queda de 10,1%. O que interrompeu a fase de altas do primeiro trimestre?

Dúvidas sobre a China e queda no preço de commodities. Esses dois fatores explicam 90% do movimento. A bolsa chinesa operada nos Estados Unidos está caindo 13% no mês. As commodities sofreram baixas importantes também, com Vale caindo 20% em dólar, a Rio Tinto caindo 15%, a BHP caindo 15%, todo esse complexo em forte realização em abril.

Essa situação está muito associada à história da desaceleração da economia chinesa. O governo chinês tinha soltado um guidance (projeções) para o ano com um **PIB** de 5,5% que, considerando os dados desse primeiro trimestre, está muito longe de ser alcançado. Teriam de vir estímulos para eles conseguirem entregar essa meta, e isso não aconteceu.

O saldo de investimento estrangeiro na B3 ficou negativo em R\$ 5,3 bilhões em abril. É o "início" do fim desse fluxo gringo ou uma correção pontual?

Vai depender muito se a China realmente entrar em uma trajetória de desaceleração mais forte, o que vai jogar as commodities para baixo de forma estrutural (longo prazo). Se estivermos vendo uma coisa mais conjuntural (passageira), a tendência é de que o governo chinês anuncie estímulos para voltar a acelerar o **PIB**. Em um mundo que não tem commodities do lado da oferta, o ciclo de commodities volta a ser uma tese mais positiva nesse segundo cenário.

O dólar vinha cedendo sobre o real no ano. Contudo, voltou a apreciar bastante.

Qual a explicação para essa volatilidade no câmbio?

Houve uma pequena reversão dessa tendência porque a pauta de commodities começou a perder preço. Minério, petróleo, cobre e celulose caíram, e o apelo das moedas de países exportadores de commodities diminuiu. Paralelamente, estamos vendo uma apreciação do dólar frente a uma cesta de moedas fortes. O dólar está ficando forte porque o banco central americano está aumentando juros mais rápido e mais do que se esperava.

Nesta semana teremos reunião do Copom para definição da Selic. Como você vê esse cenário de **inflação** e de juros?

Temos de continuar vendo se os dados de **inflação**

mais fracos se materializam. Por enquanto, toda semana os dados de **inflação** vêm mais salgados, o que dificulta o trabalho do BC. Juro alto não combina com Bolsa valorizada, mas nós estávamos sendo carregados pelos gringos e a visão positiva de commodities. Se essa reversão de cenário for estrutural, iremos viver o pior dos mundos: o investidor doméstico vai seguir preferindo renda fixa nesse momento de incerteza eleitoral, incerteza de **inflação** e com juros altos. E o gringo, que era o que estava segurando o nosso mercado, vai começar a tirar o Brasil do radar.

A Bolsa brasileira continua barata e atraente para o investidor estrangeiro, excluindo o setor de commodities?

Não, achamos que a Bolsa doméstica está mais cara do que a renda fixa. Em termos de ativos de risco, no Brasil de hoje é mais barato comprar um juro prefixado do que uma Bolsa doméstica.

Continuamos gostando de NTN-B (Tesouro IPCA+).

Achamos que o juro real no Brasil ainda é atrativo, gordo.

Se você tiver títulos incentivados, nesse momento de incertezas, está fazendo mais sentido a renda fixa.

Como gerir o risco da carteira em um ambiente incerto, com grandes solavancos da Bolsa?

Seguimos investindo em setores que têm menos a ver com a economia como um todo. O valuation (avaliação) das empresas de commodities segue barato. Também gostamos do setor elétrico, estamos otimistas com a privatização da Eletrobras.

Gostamos do setor de atacarejo, como o Assaí e vemos com bons olhos o setor de telecomunicações, com a consolidação da Oi pela TIM, pela Vivo e pela Claro, temos uma posição em TIM. Estamos preferindo coisas mais defensivas nesse momento.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Repasse cambial mantém inflação pressionada

Anais Fernandes e Marcelo Osakabe De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187205?

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187205?

Copom não deve colocar foco na inflação corrente (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187205?

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187205?

Brasil é crucial para o "Green Deal", diz comissário da UE

Daniela Chiaretti De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187205?

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187205?

Diesel em alta gera pressão sobre Petrobras

Gabriela Ruddy

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187205?page=8§ion=2

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187205?page=8§ion=2

Mercado aguarda sinais do BC em reunião que deve levar Selic a 12,75%

Victor Rezende De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187205?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187205?page=1§ion=1